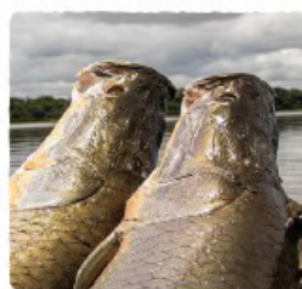
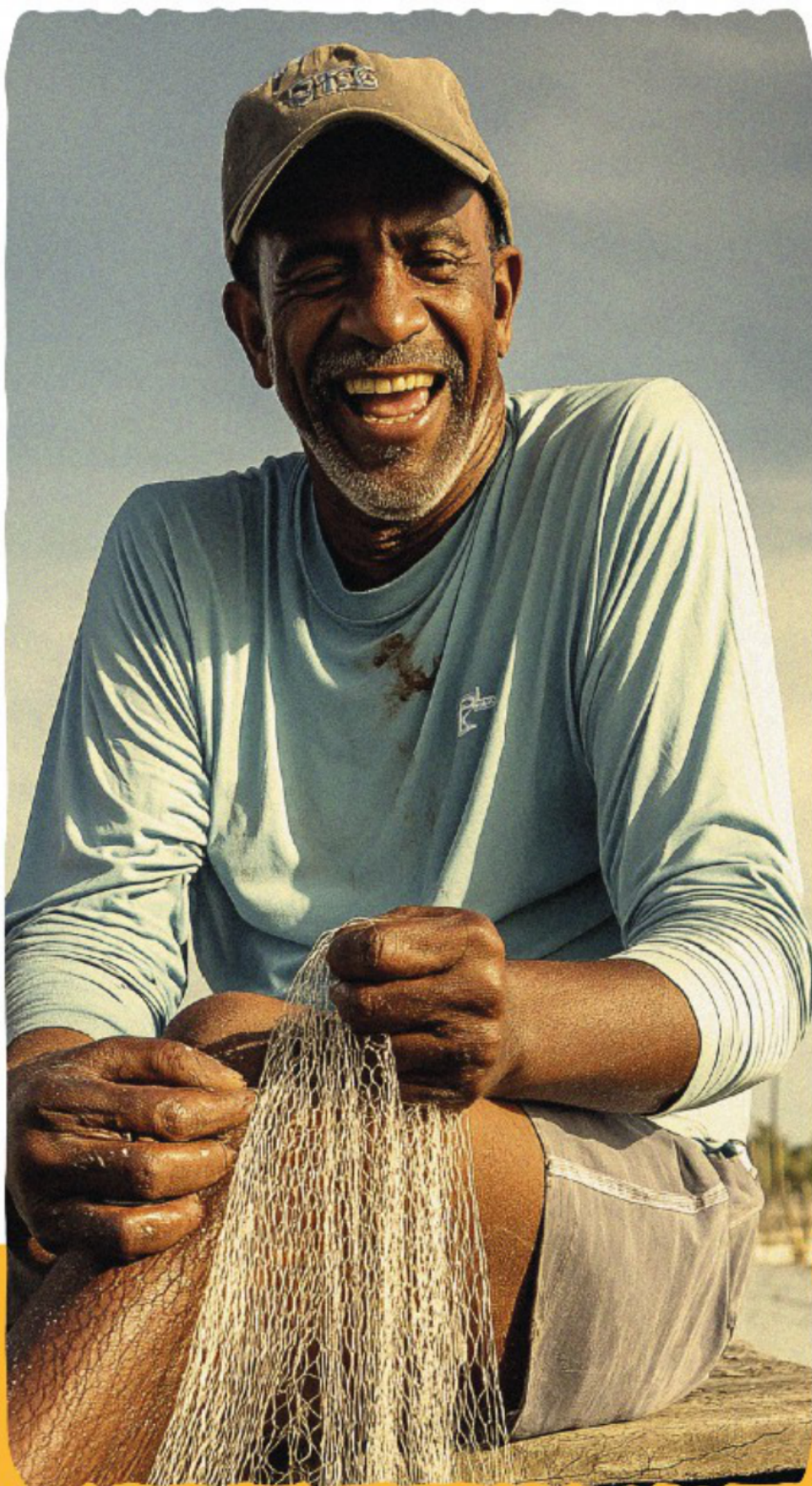


BOLETIM TRIMESTRAL SOCIOBIOMAIS

MURUMURU (*Astrocaryum murumuru*)

Edição 1/2026 - janeiro a março



Apresentação

Ao longo de 2026, a Conab publicará os Boletins da Sociobiodiversidade com periodicidade trimestral, os quais servirão de base para a elaboração do Relatório Anual do Extrativismo. Esta edição apresenta o panorama do Murumuru (*Astrocaryum murumuru*) no primeiro trimestre de 2026, com análise da produção, dos preços ao produtor e de pagamentos do Programa SocioBio Mais.

AUTORES: Gotardo Machado de Souza Júnior; Gabriel Loterio Marques

Introdução

O murumuru (*Astrocaryum murumuru*) é um dos principais produtos da sociobiodiversidade amazônica, constituindo relevante fonte de renda e elemento central para a reprodução social, cultural e econômica de comunidades rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas. O sistema produtivo baseia-se em saberes tradicionais, no trabalho coletivo e no manejo florestal, englobando etapas da coleta ao beneficiamento que fortalecem a segurança alimentar e a economia extrativista.

A densidade do murumuruzeiro oscila regionalmente, registrando de 10 a 28 plantas/ha no Acre, de 126 a 1.396 plantas/ha no Pará e de 39 a 141 plantas/ha no Amapá (Almeida et al., 2004; Gama et al., 2002; Queiroz et al., 2007). No Acre, a produção anual chega a 189 kg de cocos por palmeira, enquanto no Amapá a média é de 243 frutos por cacho (Bezerra, 2012; Queiroz et al., 2008).

Para garantir a rentabilidade, relacionada à polpa, a coleta deve ser imediata: a polpa se decompõe em uma semana, a flutuação cessa após três horas de umidade e as sementes apodrecem ou são destruídas por pragas em nove meses se permanecerem no solo (Queiroz et al., 2008; Pesce, 2009). Um dos principais entraves ao aproveitamento econômico do murumuru reside na carência de pacotes tecnológicos para a produção e o processamento de seu óleo (Pallet, 2002).

Em termos econômicos, de acordo com os dados mais recentes da Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS/IBGE), o Brasil produziu 312,612 toneladas da amêndoa em 2024. Esse volume representa um crescimento de aproximadamente 187,00% em relação a 2023, quando a produção atingiu 108,933 toneladas. A atividade concentra-se na Região Norte, especificamente nos estados do Amazonas, Acre e Pará, destacando-se o Amazonas como o maior produtor nacional.

Com base na distribuição geográfica e na relevância dos municípios produtores, a Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade (Gebio) da Conab estabelece as áreas prioritárias para o acompanhamento dos preços ao produtor e o levantamento dos custos de produção. Essas informações estratégicas subsidiam a consolidação de diagnósticos e a pagamentos de políticas públicas, com ênfase na Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (SocioBio Mais).

Para esse monitoramento, a Conab realiza a coleta contínua dos preços de mercado ao produtor em quatro praças distribuídas no Acre, Amazonas e Pará. Paralelamente, o levantamento dos custos de produção é estruturado via painéis técnicos nos municípios de Carauari (AM), Lábrea (AM) e Colares (PA). Tais painéis possuem periodicidade trienal, com possibilidade de atualização a qualquer tempo, conforme demandas técnicas ou normativas.

Diante desse panorama, esta publicação apresenta a análise dos preços ao produtor de murumuru referentes ao primeiro trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025, além de trazer informações atualizadas sobre a produção e os pagamentos do Programa SocioBio Mais na região.

Análise de mercado

Preços

A Portaria MAPA nº 868, de 1º de dezembro de 2025, estabeleceu os preços mínimos para os produtos extrativos na safra 2026. Para o murumuru, o preço mínimo teve um ajuste de 0,75%, passando de R\$ 2,68/kg, em 2025, para R\$ 2,70/kg, em 2026. A subvenção é acionada quando a comercialização do produto ocorre abaixo do preço mínimo estabelecido.

No primeiro trimestre de 2026, os preços praticados ao extrativista permaneceram significativamente abaixo do preço mínimo em todas as praças monitoradas (Tabela 1). No Amazonas, a média iniciou em R\$ 1,75/kg em janeiro e fechou março a R\$ 1,91/kg. No Pará, os valores oscilaram entre R\$ 1,10/kg e R\$ 1,18/kg ao longo do trimestre. No Acre, não houve registro de cotações para o período em 2026.

Tabela 1. Preço pago ao extrativista por estado e preço mínimo no 1º trimestre de 2025 e 2026 (R\$/kg)

Estado	Jan./2025	Fev./2025	Mar./2025	Jan./2026	Fev./2026	Mar./2026
Acre	0,90	0,90	0,90	-	-	-
Amazonas	-	-	-	1,75	1,84	1,91
Pará	1,20	1,20	1,20	1,10	1,10	1,18
Preço mínimo	2,68	2,68	2,68	2,70	2,70	2,70

Fonte: Conab (2026).

Na comparação com o primeiro trimestre de 2025, o Pará registrou ligeira retração em suas cotações em relação aos R\$ 1,20/kg praticados no ano anterior. Especificamente na região paraense de Vigia e na Ilha de Colares, a amêndoa sem certificação foi negociada entre R\$ 1,40/kg e R\$ 1,60/kg, enquanto a versão certificada atingiu R\$ 1,65/kg. Em contrapartida, o mercado derivado de manteiga de murumuru apresentou forte aquecimento na região, alcançando valores entre R\$ 60,00/kg e R\$ 70,00/kg.

Em relação à distância frente ao preço mínimo praticado em 2026 (R\$ 2,70/kg), os dados da Tabela 2 evidenciam a defasagem no mercado. No Amazonas, os preços ao produtor ficaram entre 29,3% e 35,2% abaixo do preço mínimo. A situação foi mais crítica no Pará, onde a desvalorização em relação ao mínimo superou os 56% em todo o período.

Tabela 2. Distância do preço ao produtor em relação ao preço mínimo de 2026

Estado	Janeiro	Fevereiro	Março
Acre	-	-	-
Amazonas	-35,19	-31,85	-29,26
Pará	-59,26	-59,26	-56,30

Fonte: Conab (2026).

Considerando a data de disponibilização do pagamento, não foram registradas movimentações no Programa SocioBio Mais no primeiro trimestre de 2026. Historicamente, entre 2020 e o início de 2026, a política aplicou mais de R\$ 260 mil em subvenções para o produto, beneficiando 232 extrativistas, com destaque para as operações acumuladas no Amazonas e, mais recentemente em 2025, no Pará. Cabe pontuar que a coleta da Conab foca em praças estratégicas, e que gargalos como o desconhecimento da política, a ausência de Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e entraves na emissão de nota fiscal ainda dificultam o acesso pleno dos extrativistas ao benefício.

Conclusão

A análise do primeiro trimestre de 2026 revela um cenário de defasagem mercadológica, com os preços pagos aos extrativistas nos estados do Amazonas e do Pará permanecendo abaixo do preço mínimo fixado pela Portaria MAPA nº 868/2025 (R\$ 2,70/kg). A desvalorização frente ao preço

mínimo superou 56% no Pará e 35% no Amazonas, evidenciando a fragilidade no repasse de valor ao produtor na ponta da cadeia.

Aliado a isso, a ausência de operações registradas no Programa SocioBio Mais no primeiro trimestre reforça os gargalos estruturais observados no campo, como a dificuldade de emissão de notas fiscais e a falta de acesso e regularização do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).

Bibliografia

ALMEIDA, Samuel Soares de; AMARAL, Dário Dantas do; SILVA, Antonio Sérgio Lima da. Análise florística e estrutura de florestas de várzea no estuário amazônico. *Acta Amazonica*, v. 34, n. 4, p. 513-524, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Portaria MAPA nº 868, de 1º de dezembro de 2025. Publica os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2026. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2025.

BEZERRA, Valéria Saldanha. Considerações sobre a palmeira murumuruzeiro (*Astrocaryum murumuru Mart.*). Macapá: Embrapa Amapá, 2012. 6 p. (Documentos, 78).

GAMA, João Ricardo Vasconcellos; BOTELHO, Soraya Alvarenga; BENTES-GAMA, Michelliny de Matos. Composição florística e estrutura da regeneração natural de floresta secundária de várzea baixa no estuário amazônico. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 26, n. 5, p. 559-566, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2026.

PALLET, Dominique. Perspectivas de valorização dos frutos amazônicos obtidos por extrativismo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SYAL, 1., 2002, Montpellier. *Anais [...]*. Montpellier: CIRAD, 2002. Disponível em: <http://www.cirad.fr>. Acesso em: 1 jul. 2006.

PESCE, Celestino. Oleaginosas da Amazônia. 2. ed. rev. e atual. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 334 p.

QUEIROZ, José Antonio Leite de; MACHADO, Sebastião do Amaral. Fitossociologia em floresta de várzea do estuário amazônico no Estado do Amapá. *Pesquisa Florestal Brasileira*, Colombo, n. 57, p. 5-20, jul./dez. 2008.

QUEIROZ, José Antonio Leite de et al. Estrutura e dinâmica de floresta de várzea no estuário amazônico no Estado do Amapá. *Floresta*, Curitiba, v. 37, n. 3, p. 339-352, set./dez. 2007.